

A construção da história de Portugal através da perspectiva da personagem feminina na obra *vícios e virtudes* de Helder Macedo

Janaína da Silva Sá

O romance *Vícios e Virtudes*, de Helder Macedo, lançado no ano de 2002 no Rio de Janeiro, soma-se a extensa obra literária do autor já conhecida no Brasil. Além de ensaísta e poeta, Helder ocupa-se da profissão de professor titular da cátedra Camões no King s College em Londres. Como ficcionista se fixa na literatura contemporânea portuguesa com mais duas obras: *Partes d África* (1991) e *Pedro e Paula* (1998). De acordo com suas palavras: “Comecei tarde, sou um jovem romancista dos anos 90”. A análise do romance *Vícios e Virtudes* pretende como fundamentação teórica, analisar os estudos sobre nação e consciência nacional, encontrados em Benedict Anderson, além de examinar elementos da identidade, elencados por Manuel Castells e rever questões acerca da fragmentação narrativa encontradas em Maria de Lurdes Netto Simões.

Em síntese, o trabalho pretende verificar como é construída a identidade nacional portuguesa vista a partir da condição da personagem feminina na obra.

A partir do levantamento da composição das personagens na narrativa é que surgem questionamentos acerca de suas relevâncias, enquanto papéis sociais que evidenciam. O trato com a narrativa traz à tona a questão da identidade nacional portuguesa, como por exemplo, a tentativa do narrador em fazer da figura feminina um coringa que ora gira por entre o tempo histórico, ora gira por entre o tempo ficcional. É a partir dessa perspectiva que surge um questionamento acerca da obra *Vícios e virtudes*. Seria possível fazer a construção da história de Portugal através da perspectiva da figura feminina?

A partir do romance em questão, o autor traz para seu público uma experimentação formal, cuja inovação trata de refletir sobre a identidade portuguesa, ressaltando um contraste entre o passado histórico e o atual momento português.

Essa postura tomada pelo narrador parte do posicionamento de duas personagens femininas, que inseridas em tempos históricos diferenciados acabam por conduzir seus atos, de forma semelhante, como se fossem a mesma personagem. O uso do mesmo nome - Joana - se mostra como um recurso do narrador para suscitar dúvidas a respeito do discernimento de uma e outra.

Nessa mediação, o narrador frequenta o passado no intuito de presentificá-lo, orientando-se sob a égide dos grandes feitos portugueses, a fim de expor uma avaliação desse momento, confrontando-o com a contemporaneidade portuguesa. Essa retomada ao passado

funciona como alicerce ficcional em que o autor explora a construção da identidade, implantando um olhar investigativo, o que gera especulações a respeito dos referidos tempos históricos.

Em um primeiro momento de análise, pretende-se fazer um levantamento de cunho historiográfico, pois a narrativa menciona a época do rei D. Sebastião décimo sexto rei de Portugal, nascido em Lisboa no ano de 1554 e morto na batalha de Alcácer Quibir no ano de 1578, período em que se confirma a tão temida União Ibérica.

Para que se obtenha uma análise mais apurada da obra, fazer um levantamento da questão historiográfica é imprescindível, já que o narrador trabalha sob a perspectiva de duas personagens distintas, porém que apresentam o mesmo nome e estão postas em ambientes diferenciados.

A primeira personagem apresentada pelo narrador é contemporânea à narrativa, mostrando-se ligada a ele devido aos relatos que um amigo de infância lhe faz sobre seu relacionamento amoroso. Já a segunda, distancia-se do narrador, pois se ambienta no período em que Portugal sofre a ameaça da perda do poder hierárquico instituído.

A construção da narrativa está alicerçada sob dois pontos equidistantes em relação ao tempo, entretanto, amarrados pela figura da personagem feminina. Logo, tenciona-se que a personagem se apresenta como sustentáculo da narrativa que, ora passeia pelo momento histórico, ora é trazida para a realidade contemporânea do narrador.

Para que se possa verificar a condição das duas personagens na obra, é necessário observar a questão das identidades subjacentes a elas. Assim, Castells aponta que a construção da identidade é medida através do “processo de construção do significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados” (CASTELLS, 1999, p. 22).

Além da construção da narrativa vista sob o aspecto da identidade, outro enfoque pode ser ressaltado na obra. Trata-se da fragmentação da narrativa. O narrador não se apega à intenção de apresentar ao leitor uma costura retilínea de fatos e ações. Ele expõe os capítulos à apreciação do leitor, mostrando-lhe um emaranhado ficcional sujeito a avanços e recuos, destoando da forma convencional de narrar. Logo, vislumbra-se que o romance não obedece a uma seqüencialização sistemática, a linearidade é nula e a fragmentação rouba a cena “semelhando a uma colcha de retalhos, um relato em estilhaços [...]”, de acordo com Simões (p. 18).

Diante de uma leitura mais atenta da obra, pressupõe-se que o narrador arditamente compõe um cenário complexo, em que a estruturação da narrativa ascende ao primeiro plano.

A partir dessa fragmentação estrutural, é que se ocultam as personagens, causando muitas vezes ao leitor, um desconforto na tentativa de conectá-las a uma narrativa mais linear.

Uma outra possível leitura é a que remete as diferenças e semelhanças entre as personagens femininas. Enquanto, a Joana histórica está envolvida com o casamento, pertence a uma família aristocrática e dela depende toda uma situação de crise em relação à sucessão do trono português, a Joana contemporânea não está atrelada a nenhum tipo de relacionamento formalmente estabelecido e nem possui algum traço de parentesco que garanta a legitimidade de um povo. De acordo com Anderson:

[...] os antigos Estados monárquicos expandiam-se não só por meio da guerra, mas também por uma política sexual de espécie muito diversa da que hoje se pratica. Pelo princípio geral da verticalidade, os casamentos dinásticos reuniam populações diversas sob novos dirigentes (ANDERSON, 1989, p. 28).

Diante dessa primeira explanação, pretende-se sustentar como uma teoria provável a hipótese de que seria possível observar a construção da história de Portugal através da perspectiva da figura feminina na obra de Helder Macedo, sendo que a pesquisa visa à execução de trabalho dissertativo e será desenvolvida através de pesquisa em que serão utilizados autores como Benedict Anderson, Manuel Castells e Maria de Lurdes Netto Simões.

O estágio atual da pesquisa se defronta hoje com a preocupação de se tomar conhecimento do período referente à política de D. Sebastião, enquanto rei de Portugal e todas as circunstâncias que envolvem seu reinado, morte e desaparecimento, e ainda a importância deste período para a história daquele país. Pesquisas recentes levam as seguintes considerações a respeito da figura do rei:

Aos 14 anos de idade, D. Sebastião tomou conta do governo. Enfermo no corpo e no espírito, importava-se menos com o ofício da governação e mais com os sonhos de conquista e de expansão da Fé. Conquistar Marrocos era sua ambição número um. Ousado até nos limites da loucura, o rei não concedia lugar ao planejamento cuidadoso, à estratégia ou à retirada, igualando tudo isso a medo ou covardia. Rodeou-se de um grupo de jovens aristocratas, quase tão loucos e pouco maduros como ele próprio. Não aceitava palavras de aviso nem encarava a realidade e a verdade como o eram. Só a adulação abria caminho para a sua intimidade (MARQUES, 1998, p. 284).

A questão da investigação da nacionalidade portuguesa confronta-se com a problemática da investigação historiográfica, que na Europa Ocidental a partir do século XVI

I I, assinala não apenas o raiar da era do nacionalismo, mas também o crepúsculo das modalidades religiosas de pensamento (ANDERSON, 1989).

A compreensão da idéia de Portugal como nação está atrelada intrinsecamente ao fortalecimento da comunidade religiosa, que no século XVI desempenhou papel importante nas conquistas viabilizadas pelas expansões marítimas. As crônicas do século (Zurara, Fernão Lopes, Castanheda) evidenciam um discurso histórico condicionado a combater em nome da Fé. Segundo Saraiva:

O primeiro grande mito coletivo português foi o da Cruzada fixado eloqüentemente por Camões. Portugal era o paladino da fé católica, e a expansão mundial da Fé era a sua vocação própria, a razão de ser de sua história. Em relação especial com Deus, Portugal realizava um plano divino que culminaria na conversão do mundo inteiro. (SARAIVA, 1994).

Assim, constata-se que o imaginário da composição da nação portuguesa aglutina-se ao imaginário de expansão pela fé. No que tange a relação entre o conquistador e o conquistado, quando Portugal investia nas conquistas ultramarinas, verifica-se através dos relatos dos cronistas da época que aqueles que não aceitavam a salvação da alma seriam submetidos a constrangimentos e a coação física do corpo.

Quanto ao processo de formação do povo já em terras lusitanas, a incorporação dos judeus, expulsos da Espanha que buscaram refúgio em Portugal, não foi pacífica o que incidiu uma desestruturação da sociedade portuguesa que se dividiu em dois grupos antagônicos: os cristãos-novos e os cristãos-velhos.

Foi necessária a introdução do Tribunal do Santo Ofício de Inquisição para acalantar as almas mais revoltas e converter os cristãos-novos ao catolicismo. Essa atitude impositiva, além da experiência do exílio, que avivou nos judeus “as antigas expectativas messiânicas que propunham a chegada do Messias redentor, resultando fantasiosas profecias sobre o encoberto” (NOVINSKI, 1998).

Da fusão de linhas de pensamento do messianismo judaico com os apartes severos de um catolicismo fervoroso, aglutinados num ambiente de incertezas é que surge o mito do sebastianismo, que historicamente faz alusão a morte do rei Dom Sebastião, décimo sétimo rei de Portugal, morto na batalha de Alcácer Quibir no norte da África. Em torno do príncipe, devido a morte prematura do pai D.João, é criada a expectativa de grandes conquistas portuguesas que tiveram o seu auge no período régio de Dom Manuel. Assim, o novo rei

recebe a alcunha de O DESEJADO, conferindo-se a sua figura a construção de um reino de fundação divina superior ao direito humano.

A D. Sebastião também se atribui a alcunha de O ENCOBERTO, devido o surgimento no século XVI das trovas proféticas de Bandarra, elaboradas a partir de “sonhos do autor que anunciavam a chegada do Encoberto que traria paz e justiça a todos” (MACEDO, 1980).

A apropriação desses mitos que compõe o imaginário do povo português evidencia-se da necessidade das “sociedades humanas imaginarem a existência no passado e no futuro, de épocas excepcionalmente felizes ou catastróficas para dominar o tempo e a história e satisfazer as próprias aspirações de felicidade e justiça ou temores em face do desenrolar ilusório ou inquietante dos acontecimentos” (LE GOFF, 2003).

A disseminação do mito do sebastianismo em Portugal vem a representar uma solução simbólica, messiânica, para a aceitação de um período de crise nacional em que a anexação à Espanha ofusca o ideal de desenvolvimento empreendido no período das conquistas ultramarinas.

A morte do rei D. Sebastião, incompreendida de modo material, corrobora a idéia de que “vivo ou morto, o rei havia de regressar para cumprir o sue destino providencial” (SARAIVA, 1994). A crença no retorno do rei remete a idéia de comunhão de uma nação imaginada em torno da fé. Segundo Anderson: “A nação é sempre concebida como um companheiro profundo e horizontal [...] essa fraternidade é que torna possível que pessoas não só se matem, mas que também morram voluntariamente por imaginações tão limitadas” (ANDERSON, 1989).

A permanência do mito sebastiânico na cultura portuguesa pode ser assegurada pela vitalidade em que aparece nas obras literárias de sua série. No decorrer dos séculos, o tema é abordado avidamente, “desde os momentos mais difíceis da vida nacional, quando ele será chamado a ocupar o seu papel, que é preencher com sonhos o vazio desumano da realidade” (MACEDO, 1980), ou quando se ocupa das narrativas do século XX, independente dos recursos utilizados, reforça-se a intenção de se trazer à baila uma nova investigação do mito.

Referências

ANDERSON, Benedict . *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BARKER, Chris. *Cultural studies and discourse analysis: a dialogue on language and identity*. London: Sage publication, 2001.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura. v. 2).

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

MACEDO, Diva Cunha P. de. D. Sebastião. *A metáfora de uma espera*. 2 ed. Natal: UFRN: Editora Universitária, 1980.

MACEDO, Helder. *Vícios e Virtudes*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

NOVINSKY, A. W. Sebastianismo, Vieira e o Messianismo Judaico. In: IANNONE, Carlos Alberto; GOBBI, Márcia Zamboni; JUNQUEIRA, Renata Soares. (Orgs.). *Sobre as Naus da Iniciação*. Estudos Portugueses de Literatura e História. São Paulo: UNESP, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SARAIVA, Antônio José. *A cultura em Portugal teoria e história*. introdução geral à cultura portuguesa. Lisboa: Gradiva, 1994.